

Legislativo debate acompanhamento psicológico para mães e gestantes

Assunto:

SAÚDE DA MULHER



Legislativo debate atenção à saúde da mulher. Cena do vídeo "Depressão Pós-parto", da Faculdade Cesuca, apresentado na audiência.

Audiência pública discutiu a importância do diagnóstico da depressão durante a gravidez e após o parto em atenção à saúde da mulher. Realizada na tarde desta terça-feira (29/4), em reunião ordinária da Comissão de Saúde e Saneamento, a audiência recebeu representante da Secretaria Municipal de Saúde e da Ameno Associação em Defesa da Vida, que apresentaram demandas e perspectivas para o tratamento da depressão pós-parto. Requerente da audiência, o vereador Joel Moreira Filho (PTC) propôs a realização de um seminário, já nos próximos meses, para ouvir especialistas sobre o tema. O parlamentar é autor do projeto de lei 1027/14 que tramita na Casa em 1º turno, prevendo o acompanhamento psicológico à mulher tanto no pré-natal, quanto no período pós-parto.

Representante da Ameno Associação em Defesa da Vida, Daniela Brasil defendeu a necessidade do acompanhamento psicológico gratuito e obrigatório a todas as mulheres durante a gestação e após o nascimento da criança. "Assim como o obstetra é obrigatório no pré-natal, o psiquiatra também deve ser?", alertou Daniela Brasil. "Não apenas em atenção à saúde da criança, que é fundamentalmente impactada pela doença da mãe, mas em atenção principalmente à própria mulher, que está em sofrimento e pode, como em muitos casos, chegar a se matar?", completou.

Daniela Brasil explicou que a depressão pós-parto é de origem psicológica e pode ter diferentes catalisadores, como a gravidez em momento inoportuno, a falta de apoio familiar, brigas conjugais, violência doméstica, uso de drogas, preocupação com a aparência e, principalmente, as pressões sociais para que a mulher seja mãe, queira ser e seja perfeita.

A mulher na sociedade

Image not found or type unknown



“Precisamos mudar a perspectiva sobre a mulher, deixando de abordá-la apenas sob a ótica de seu

papel reprodutor”, destacou o Coordenador de Saúde da Mulher, Virgílio Queiroz, representando a Secretaria Municipal de Saúde. Médico ginecologista e obstetra, Queiroz apontou elementos do contexto social que fragilizam a saúde da mulher. “Muitas gestantes acabam não recebendo suporte psicológico porque têm medo de assumir que a gravidez não foi planejada, afinal, a sociedade pressiona e rejeita a mulher que não deseja ter o filho”, lembrou o coordenador, afirmando que o Poder Público deve encontrar formas de mudar essas perspectivas.

Queiroz defendeu que a mudança cultural seja iniciada nas escolas, por meio de campanhas e de aulas de educação sexual, apesar da resistência de muitos pais ao tema. “O sexo é um prazer, e existem ferramentas contraceptivas. A sociedade precisa parar de vincular a mulher apenas ao sexo por amor e para reprodução. Ensinam-se os meninos a exercerem a sua sexualidade, mas castram-se as mulheres de exercerem a sua”, alertou o doutor, lamentando as pressões sociais que subtraem da mulher o domínio sobre o seu corpo e o direito à sua saúde.

Saúde pública

De acordo com o representante da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente, o Serviço Único de Saúde (SUS) em Belo Horizonte oferece às gestantes o acompanhamento pré-natal com obstetra e enfermeiros, e o atendimento psicológico e psiquiátrico caso seja detectada alguma doença, como a depressão. Queiroz acredita que não exista a necessidade do atendimento constante a todas as mulheres, como prevê o projeto de lei 1027/14. Mas defende que o Poder Público atue nas causas da doença, para minimizar as ocorrências. De acordo com o gestor, o Programa Saúde da Família seria uma ferramenta importante na identificação de problemas no contexto familiar das gestantes e das mães, após o nascimento da criança.

Virgílio Queiroz apontou também para a importância em se respeitar o direito da mulher na hora do parto, garantindo a analgesia, a escolha pelo parto normal e a presença de um acompanhante, “o que empodera e conforta a mulher”, completou. De acordo com dados apresentados, são realizados cerca de 30 mil partos anualmente em Belo Horizonte. Em 2013, foram registrados 11 óbitos de mães em razão do parto. “Em número absoluto parece baixo, mas, relativamente, morrem mais mulheres por consequência do parto, que pessoas em acidentes de trânsito ou armas de fogo”, alertou.

Também estiveram presentes na reunião os vereadores Bim da Ambulância (PTN), Dr. Nilton (Pros), Doutor Sandro (Pros), Pablo César “Pablito” (PV) e Veré da Farmácia (PTdoB).

Assista [aqui](#) à reunião na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Terça-Feira, 29 Abril, 2014 - 00:00
